

9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP)

GT.11. Opinião Pública e Comunicação Política

Título: Mulheres na política: atuações institucionais e partidárias no espectro da esquerda

Rosemary Segurado¹

Pedro Malina²

Tathiana Senne Chicarino³

Resumo

A proposta de comunicação é resultado do Projeto Temático “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais”⁴, financiado pela FAPESP (processo nº 12/50987-3) e tem o objetivo de analisar as entrevistas realizadas com três lideranças políticas Jandira Feghali, Luciana Santos, ambas deputadas federais e Manuela D’Avila, deputada estadual. As três parlamentares são integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e serão analisadas a partir de três eixos centrais: gênero e política, atuação no movimento estudantil e sindical, além do posicionamento dentro do espectro da esquerda brasileira.

Palavras-chave: liderança política, gênero e política, mulheres de esquerda

Introdução

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, passou parte de sua história na clandestinidade, sendo legalizado após o período da redemocratização. Atualmente o partido tem um governador, um vice-governador, uma senadora, 46 prefeitos eleitos, 10 deputados federais e 25 deputados estaduais. Trata-se de um dos partidos de esquerda

¹ Pós-doutora em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pesquisadora do NEAMP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Email: roseseg@uol.com.br

² Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e pesquisador do Neamp/ PUC-SP. Email: pedromalina@yahoo.com.br

³ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e pesquisadora do Neamp/ PUC-SP. Bolsista FAPESP. Email: tschicarino@gmail.com

⁴ O Projeto Temático (nº 12/50987-3) “Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais” é financiado pela FAPESP. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas, neste trabalho, são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

com expressão social e institucional sendo relevante, portanto, um estudo sobre a proporcionalidade de mulheres em sua composição não apenas para cumprir com a legislação eleitoral (LEI Nº 9.504/1997) que estabelece um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo no que se refere às eleições proporcionais, mas sobretudo por terem, essas parlamentares, exercido um papel de destaque tanto em seu partido, quanto no cenário da política nacional.

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil) considera-se o legítimo herdeiro do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, com a sigla de PCB, mas surgiu de forma independente a partir de um racha PCB em 1962. A divisão ocorreu a partir de uma divergência interna do partido, que no ano anterior já havia alterado seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Essa divergência se deu a partir do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) em 1956 no qual o então Secretário Geral Nikita Krushev revelou um relatório denunciando os crimes de Joseph Stalin. A ruptura de Krushev com o stalinismo e com a China comunista de Mao Tse-Tung provocou a cisão dentro do partido no Brasil, além de sua mudança de nome, anos mais tarde.

A partir de então começou uma tentativa de desvincular o PCB de Joseph Stalin e da China durante o final da década de 1950 e início da década de 1960, o que fez com que diversos membros do partido insatisfeitos com o novo alinhamento político fundassem o PCdoB, ainda alinhado às ideias de Stalin e de Mao, que tinha como seus principais membros João Amazonas (primeiro secretário geral do partido), Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes Arruda, todos antigos membros do comitê central do PCB.

No início de sua atuação política o novo partido permanecia com alinhamentos com o antigo PCB, mantendo o anti-imperialismo, contra a influência americana no Brasil, a proposta de fim dos grandes latifúndios, através da reforma agrária e de combate a burguesia, tendo se posicionado favoravelmente à revolução armada para alcançar seus objetivos.

Entre 1966 e 1967 o partido passou a estabelecer núcleos de guerrilha no interior do país, principalmente na região do sul do Pará conhecida como Araguaia, que ficaria conhecida como a Guerrilha do Araguaia. O exército descobriu essa organização e praticamente a extermina o grupo de guerrilheiros entre 1972 e 1973.

Durante o restante da Ditadura Militar a perseguição aos membros do PCdoB continuaram, com a prisão, exílio e morte de diversos de seus membros. Durante este período também ocorre a quebra do alinhamento com o PCC (Partido Comunista da

China), com a morte de Mao Tse-Tung. A partir da lei da anistia em 1979 e o partido passa a apoiar a redemocratização e o movimento das Diretas Já, mas sem perder de vista a ideia de uma luta armada, que deveria ocorrer no momento oportuno. O PCdoB apoiou em 1984 a eleição do primeiro presidente civil no Brasil após a Ditadura Militar, Tancredo Neves e seu vice-presidente José Sarney, que viria a se tornar presidente pela morte de Tancredo Neves. A partir de 1985 o partido pela primeira vez desde sua divisão com o PCB foi legalizado..

Em 1986 o PCdoB elegeu seis deputados federais, quatro deputados estaduais (incluindo a Deputada Jandira Feghali) e um prefeito. A partir de 1989 o partido passou a apoiar a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores), para a presidência do Brasil, entrando de vez nos processos eleitorais e iniciando uma aliança política no âmbito nacional que dura até hoje. Hoje o partido conta com um governador, uma senadora, doze deputados federais e 82 prefeitos no Brasil.

Acreditamos que recuperar brevemente a trajetória política do PC do B é fundamental para compreendermos os ideais e a atuação política de Jandira Feghali, Luciana Santos, ambas deputadas federais e Manuela D'Ávila, deputada estadual. São lideranças políticas feministas com atuação no parlamento e integrantes do PC do B, portanto, defensoras dos ideais e da trajetória política do partido.

As entrevistas expressam o poder de articulação, organização e formulação política, cuja contribuição é relevante nas instituições em que são atuantes. Além disso, entendemos que a articulação entre construções biográficas e a história, como diria Wright Mills (1975), nos proporcionam momentos heurísticos para a problematização e compreensão de processos sociais mais amplos, algo também observado por Guérios (2011) para analisar a complexidade dos fenômenos sociais sugere para um estudo de trajetória a articulação dos materiais obtidos através dos relatos de histórias de vida – o “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo” (GUÉRIOS *apud* QUEIROZ, p. 09); e das biografias – “[...] textos sobre a história de um indivíduo já objetificados, escritos sem a intervenção de um pesquisador”.

Cada história de vida

A entrevista com a deputada federal Jandira Feghali foi realizada em fevereiro de 2016, ela nos atendeu no salão verde, para ficar mais perto do plenário da Câmara, visto que a parlamentar estava com uma bota ortopédica, pois havia quebrado o pé e estava aguardando o início de uma votação de urgência.

Nascida em 1957 na cidade de Curitiba-PR, a médica sanitária Jandira Feghali filia-se ao PCdoB em 1981, momento em que o partido estava na clandestinidade, logo passa a integrar o Comitê Central do partido e, dois anos mais tarde, começa a atuar no movimento Sindical, chegando a presidência da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Em 1984 assume o cargo de dirigente do Sindicato dos Médicos de 1984 ficando até 1986, ano em que foi eleita deputada estadual constituinte, sendo a mais votada de seu estado. Sobre essa mudança a entrevistada diz:

Eu tive muito conflito confesso, porque sabia que isso poderia significar um distanciamento da minha profissão que eu gostava que teve muito investimento pessoal e familiar, mas naquele momento depois de quarenta anos de clandestinidade não poderia fugir de uma responsabilidade de ajudar nesse momento, então acabei me tornando deputada estadual no período de eleição para constituinte (FEGHALI, 2016).

No fim do mandato, já em 1990, foi eleita deputada federal e reeleita consecutivamente com mandato até 2007, quando deixa o Congresso para tornar-se secretária do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do município de Niterói, e posteriormente secretária de Cultura do Rio de Janeiro entre 2009 e 2010.

As reeleições consecutivas continuam em 2011 quando volta para o Congresso Federal data que vai até 2018 ao menos. Foi líder da bancada do PCdoB na Câmara entre 2014 e 2015, momento em que se debruça mais diretamente sobre as questões macro políticas, um feito que terá repercussão em sua carreira política, já que uma de suas principais áreas de atuação são o que chama de questões democráticas, pois se além à defesa da economia nacional e dos direitos dos trabalhadores; mas também devido à sua formação não deixa de olhar o campo da saúde; de gênero – se destacando por ter sido redatora da Lei Maria da Penha –; e da cultura sendo a primeira presidenta da Comissão de Cultura no Congresso Nacional.

Na mesma semana em que entrevistamos Jandira Feghali, pudemos nos encontrar também com Luciana Santos, a parlamentar possui um gabinete como todos os outros que visitamos, com uma sala de recepção, uma sala para acomodar os funcionários do gabinete, a sala da deputada e um banheiro, mas nos chamou a atenção a decoração com elementos típicos do Nordeste. Ela nos contou toda sua trajetória política, desde líder estudantil até prefeita de Olinda por dois mandatos. Durante a entrevista era possível ouvir uma manifestação que ocorria na frente do Anexo IV contra o então presidente da Câmara Eduardo Cunha. Passando por esse local na sequência vimos poucos, mas

barulhentos manifestantes e quase na mesma proporção havia a guarda legislativa, fardados e com escudo transparente.

Nascida em 1965 em Recife Luciana Santos inicia sua atividade política já no Movimento Estudantil Universitário, como Presidenta do Diretório Acadêmico de Engenharia e Computação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1985, depois se tornando dirigente do DCE e vice-presidente regional da União Nacional de Estudantes (UNE), de 1989 a 1991. Tendo se filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1987, onde se torna membro do Comitê Central em 2001.

A deputada destaca com carinho a influência que o pai teria em sua formação política:

Meu pai foi preso político na década de 70, ainda quando (eu) era uma menina e na minha casa, a partir disso, eu vivia num ambiente de muito debate político e eu sempre admirei aquela história de pessoas que sofreram tortura física ou que morreram ou quase morreram, como no caso deles porque estavam vivos dando depoimentos, em função de uma causa, em função do Brasil, em função de seu povo, sempre admirei desde muito adolescente aquelas histórias (SANTOS, 2016).

Já na política institucional foi deputada federal e depois prefeita de Olinda, de 2000 a 2008. Durante o atual período como parlamentar, luta pela aprovação de pautas pelos direitos das mulheres, contra o trabalho infantil, a favor de um desenvolvimento sustentável em relação aos recursos naturais do país e outros assuntos relacionados.

Também atua em áreas relacionadas às ciências e à Engenharia Elétrica em geral. A deputada afirma priorizar receitas do Estado para as áreas de Saúde, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Cultura, tendo sua base política sustentada no movimento estudantil, principalmente no início de sua trajetória, nas mulheres e no território da cidade por conta da militância local, especificamente em seu estado e na cidade de Olinda, mas também no âmbito sindical, pois como disse:

O nosso Partido não é um partido de luta eleitoral apenas, não somos o partido das eleições, nós somos o partido dos 365 dias do ano, da luta política para transformar o país, é permanente a nossa luta, nós quando atuamos no parlamento e no executivo é passageiro na nossa militância, nós somos mesmo militantes da causa do Brasil, essa é a base que até hoje eu pertenço (SANTOS, 2016).

Como deputada federal a sua atuação passa a ser mais segmentada, uma dinâmica própria do Parlamento segundo ela e bastante distinta da gestão de uma cidade, considerada a principal experiência que teve – “1 ano de prefeita eu amadureci os anos

de movimento estudantil, os anos de deputada” – isso se deve à necessidade de ter que lidar com pessoas e forças políticas muito diferentes e para pôr em práticas as políticas públicas idealizadas é preciso considerar a transversalidade nas ações, com paciência e ouvindo a população. As dificuldades próprias do gerenciamento de uma cidade como destaca Luciana Santos que é patrimônio da humanidade como Olinda, foi agravada pela ausência de aliados político nos níveis estadual e federal – “eram partidos conservadores de direita que dirigiam o Estado e nacionalmente o Presidente da República era o FHC” – mas essa situação com a política institucional muda com a eleição de Lula.

Retomando sua atuação como parlamentar federal passa a ser líder de bancada agindo como articuladora política, algo que a destacou e a levou à posição de presidenta nacional do partido.

Da reconstrução do partido para cá sou a 3ª presidente do partido, de 62 para cá, porque os partidos comunistas do mundo todo não têm historicamente tradição de alternância, o ex-presidente é que, observando a experiência em outros países, disse “não tem sentido”, porque João Amazonas ficou praticamente até quando ele dava, então a gente adotou essa questão da alternância, que reflete também o partido que vai se modernizando, partido que pensa na alternância, na renovação (SANTOS, 2016).

Em maio de 2016, fomos até a Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul para entrevistar a deputada Manuela D’Ávila. De vestido, botas e óculos ela nos recebeu em seu gabinete avisando que não teria muito tempo uma vez que tinha compromissos que envolviam o seu filho pequeno. Apesar do aviso foi muito simpática e solícita. A entrevista foi durante todo tempo acompanhada por uma de suas assessoras. Durante vários momentos abriu o celular para ver e responder mensagens. Antes do início da entrevista ela avisara que faria isso, pois precisava estar em contato com sua casa para ter notícias do filho.

Nascida em 1981 em Porto Alegre, Manuela D’Ávila é desde 2014 deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ela começou sua trajetória política com o movimento estudantil em 1999 e fez parte da União Nacional dos Estudantes (UNE), da qual foi vice-presidente em 2003 e da União da Juventude Socialista (UJS), da qual foi diretora nacional em 2002.

Iniciou sua trajetória na política institucional em 2004 como vereadora na cidade de Porto Alegre, já em 2006 foi eleita a deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul e sendo eleita novamente para o mesmo cargo em 2010 com a maior votação da

história do Rio Grande do Sul. Em 2013 foi líder do seu partido, o PCdoB, na Câmara dos Deputados. Concorreu para a prefeitura de Porto Alegre em 2008 e em 2012, ficando em terceiro e em segundo lugar respectivamente.

Durante seus dois mandatos como deputada federal Manuela D'Ávila defendeu principalmente a pauta da juventude no congresso nacional. Hoje como deputada estadual ela passou a defender com mais ênfase a pauta de gênero e de participação popular, estando na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, além de ser Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

PCdoB: o movimento estudantil e o movimento sindical

As três entrevistadas participaram do movimento estudantil, embora Feghale destaque que era de um movimento de médicos residentes em prol da saúde pública e que tinha característica de movimento sindical, a despeito de não ter sido originalmente motivada por razões corporativas.

Posteriormente para a participar do sindicato dos médicos. Entra em contato com o PCdoB, partido que ainda era clandestino, mas tinha forte atuação nessa temática da saúde pública. Identificou-se com o partido com a coerência entre discurso e prática na defesa dos temas da saúde, mas também na luta contra a ditadura.

Luciana Santos frisa que seu pai falava muito do movimento estudantil, uma condição que a deputada diz ter permitido que fosse naturalmente para essa militância e consequentemente no PCdoB:

Foi na universidade que eu comecei minha militância política, embora na verdade eu despertar para a política dentro de casa em função do meu pai, que foi preso político na Ditadura Militar, ele era do Partido Comunista num tempo que não existiam dois partidos (SANTOS, 2016).

Santos reconhece o papel do movimento estudantil na sua formação política e destaca sua relação afetiva com a UNE,

Posso dizer que a minha escola de vida, de formação política se deu nas universidades, onde me forjei como a militante que até hoje sou, da causa do povo brasileiro e da inclusão social e da defesa do Estado nacional. O PCdoB vem aqui com a convicção de que a juventude brasileira sempre jogou um papel decisivo. Sempre foi protagonista de belas páginas da história do Brasil (<http://www.liderancapcdob.org.br/site/texto.asp?id=892914311489158145571415>) (SANTOS, 2015)

Manuela D'Ávila coloca seu início de mobilização e atuação política no movimento estudantil e estabelece já que existem diferenças em relação a formação política do movimento sindical, apesar de não se estender sobre quais são essas diferenças, fica claro que para ela é bastante importante a origem do político e que esta origem orienta como este fará política. Os partidos entendidos como pertencentes ao espectro político da esquerda comumente tem seus quadros compostos por políticos vindos do movimento estudantil ou do movimento sindical.

Avelar (2015) destaca que durante o regime civil-militar brasileiro as mulheres presentes nas universidades passam a se envolver também com os movimentos populares das periferias urbanas.

O PCdoB sempre teve presença no movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário. Essa participação remonta à história das entidades UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e UNE (União Nacional dos Estudantes Secundaristas). Em ambas entidades o partido está nas direções nas últimas décadas.

Em 1984 foi criada a UJS (União da Juventude Socialista) que substituiu a Viração, corrente do PCdo B que atuava desde o início dos anos 80 no movimento estudantil. A criação da corrente tinha em seu manifesto a seguinte definição “Somos jovens operários, camponeses, estudantes, artistas e intelectuais. Buscamos o futuro e a liberdade, os direitos que nos são negados, a esperança banida, a vontade subjugada” (<http://uj.s.org.br/>), com a presença de aproximadamente 600 jovens, a corrente passou a ter um papel importante na formação de lideranças jovens, atuantes no movimento secundarista e universitário, tal como as entrevistadas para essa pesquisa.

Se considerarmos que a juventude é um momento de descoberta da política podemos compreender o significado do destaque apontado por Feghale, Santos e D'Ávila no que diz respeito ao papel do movimento estudantil em suas respectivas trajetórias políticas.

Tendo em vista que o movimento estudantil é um movimento social, portanto, atua em questões relevantes da vida social e política ligadas à educação e estrutura do ensino, mas também participam de debates sobre questões nacionais e internacionais, relacionados à conjuntura política de cada momento. Nesse sentido, os debates desenvolvidos nessa instância - apesar das polêmicas entre as diferentes correntes políticas, não somente no que diz respeito aos posicionamentos, mas também aos métodos, táticas e estratégias de atuação – consistem em espaços de aprendizado político fundamentais. Embora o centro de nossa análise não sejam as entidades estudantis, é

importante ressaltar que o PCdoB se mantém na direção dessas entidades há várias gestões e que é questionado por outras correntes do movimento de aparelharem e burocratizarem o movimento.

O primeiro congresso nacional de estudantes ocorreu em 1910 quando a expressão juventude ainda não tinha a relevância atual, considerando que era uma categoria sociológica em construção. O ápice do movimento estudantil em sua primeira fase foi em 1937 com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), a partir daquele momento os estudantes passaram a ter uma forma mais orgânica com a realização de congressos anuais ou bianuais, que serviam para a eleição da diretoria e para elaboração da plataforma de lutas a ser adotada na ação política dos estudantes.

Outro marco importante do movimento estudantil ocorreu em 1948 com a criação da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). UNE e UBES passaram a atuar de forma conjunta nas principais lutas dos estudantes brasileiros. Atuam em campanhas como “O Petróleo é Nosso”, defendendo o monopólio estatal do petróleo, considerado recurso energético estratégico para a soberania nacional.

Nos anos 60 a UNE e a UBES e o movimento estudantil de forma geral viveram um período fundamental de sua história. Naquele período um dos debates importantes foi da Reforma Universitária que contou com participação ativa dos estudantes.

Em 1962, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi alvo de atentados de um importante movimento anticomunista da época, anunciando os enfrentamentos que ocorreriam em 1963 e 1964, quando os militares por meio de um golpe de estado depuseram o então presidente João Goulart e tomaram o poder das instituições. Mais uma vez a sede da UNE foi atacada por grupos paramilitares. Estudantes foram presos ou passaram a viver clandestinamente, as universidades eram vigiadas e a liberdade de expressão e de organização completamente cerceada pelos militares.

Em 1968 a UNE, na clandestinidade, realizou o histórico XXX Congresso, em Ibiuna, no Estado de São Paulo. Aproximadamente 700 estudantes foram presos, entre eles os principais líderes do movimento estudantil. Começava o período mais autoritário da ditadura militar e, até aproximadamente 1976 as entidades do movimento estudantil tiveram pouca atividade.

Em 1977 começaram as articulações para a retomada da UNE e UBES, um processo de reconstrução, mas as entidades retornaram à legalidade somente em 1985. Entre 1977 e 1985 atuaram mesmo na clandestinidade e participaram dos principais debates e campanhas políticas do país naquele período.

Nos últimos quarenta anos, o PCdoB tem forte presença nessas entidades, tendo durante boa parte desse período exercido o controle político das mesmas, exceto em curtos períodos em que perde essa hegemonia.

Feghale, Santos e D'Ávila reconhecem esse papel e, de modos específicos, fizeram parte dessa história. Foi a partir da inserção no movimento estudantil que elas adotaram a ideologia do PCdoB, significa dizer que o movimento foi a porta de entrada no partido e as três lideranças reconhecem esse papel em suas trajetórias.

A relação com a mídia

Ao serem interpeladas sobre como seria a sua relação com a mídia, Feghali afirma a existência de um massacre midiático no país que contribui para a criminalização da política, especialmente da política feita pela esquerda:

O massacre midiático faz no Brasil que é a criminalização da política que parte com a esquerda, então agregado ao fato de um esgotamento de formatos, de modelos do próprio processo eleitoral como ele é feito, há uma criminalização da política do voto particularmente da esquerda, que interessa hoje a ideologia que a mídia acompanha, que é sua porta voz, que a esquerda seja reconstruída e suas lideranças também. Então há uma soma de processos que dificulta muito o futuro da esquerda, o projeto democrático popular que a gente trabalha e representa e as próprias lideranças que estão aí (FEGHALI, 2016).

Aponta para a dificuldade com a grande mídia e afirma que parte expressiva da divulgação de suas opiniões é na mídia livre:

Então não é fácil, pra nós é muito difícil uma entrada democrática porque ela não é na grande mídia brasileira. Então veja, a gente trabalha com rádio, rádio comunitária, redes sociais, com blogs, com entrevistas, com as universidades que abrem esse espaço, então esse é o campo prioritário nosso de ação. E o plenário, os espaços públicos e de alguma forma alguma comunicação nos cobre, alguma plataforma de comunicação nos possibilita chegar à sociedade (FEGHALI, 2016).

Luciana Santos destaca que o monopólio midiático é um dos problemas estruturais da democracia no Brasil, especialmente por ser daquelas que são concessões públicas e que mantêm relações espúrias com os interesses privados e essa condição se reflete na falta de pluralidade da imprensa e na tentativa de monopolizar uma única visão do país. E continua em tom crítico:

Eu sou da base desde o ciclo político de quando o Lula ganhou a eleição, mas acho que nesse ciclo político teve muitos avanços, distribuição de renda, de inclusão social, mas do ponto de vista da reforma da parte da superestrutura do

estado brasileiro, que é a base democrática do estado brasileiro, nós não avançamos nada, nós não avançamos nada! Eu acho isso muito perverso porque é muito direcionado, eu fui muito vítima disso, quando era prefeita era um massacre midiático, todo tipo de versão (SANTOS, 2016).

Manuela D'Ávila também ressalta a importante relação entre as mudanças na comunicação e as mudanças na cultura política, para ela, isso se deve à internet e às redes sociais, sendo que ela própria seria um exemplo dessa mudança de paradigma que vem ocorrendo rapidamente, uma característica de nossa democracia.

A deputada faz uso do Twitter para comunicar suas pautas e acredita que assim pode não só se comunicar com as pessoas sem a necessidade dos meios tradicionais de comunicação, mas também por vezes é capaz de pautar esses meios tradicionais. Para ela os meios de comunicação ainda têm mais força para pautar as redes sociais e as discussões no país, mas aos poucos estas novas ferramentas de comunicação possibilitam também o contrário. Sobre o tema a entrevistada diz:

Posso dizer eu sei quem pauta mais, posso aferir no Twitter que quando a Globo fala um tema é mais relevante que quando ela não fala, só que eu quero te dizer o seguinte, hoje eu consigo ser uma liderança que tem o seu espaço pra dar as suas opiniões cotidianamente, mesmo que não me chamem para programa nenhum de rádio. Não é o mesmo volume, mas tu vai construindo, tu vai alterando as pautas (D'ÁVILA, 2016).

De acordo com ela essa mudança no âmbito da comunicação empodera discursos diferentes, já que a comunicação não se dá a partir de um único emissor e esses emissores interferem um no outro, como no caso dos meios de comunicação tradicionais e as redes sociais da internet. Essas novas relações permitem também a mudança na percepção quanto aqueles que a escutam, para ela a luta não é nova, “mas é novo o ânimo que dá tu ver que tua luta tem ouvintes, que as pessoas escutam”. Isso para ela muda a cultura política e também quem as pessoas vão escolher para representá-las.

Liderança e representação

O objetivo central de nossa pesquisa é compreender o conceito de liderança política, contudo, e tal como proposto por Weber (2001) essa ou essas formulações não devem estar descoladas de uma observação sistemática da realidade concreta, sendo assim, empreenderemos esse esforço a partir de duas perspectivas distintas, embora complementares: uma que parte do que nossas entrevistadas entendem por liderança política; e a outra que busca uma classificação do tipo de atuação política por elas exercida, destacando que o estudo da biografia nos ajuda a entender o lugar da liderança

na sua conjuntura, mas, também, possibilita uma caminho heurístico orientado para a compreensão da liderança enquanto um fenômeno da vida política.

Como parte da primeira perspectiva pedimos que nossas entrevistadas definissem o que é ser um líder, quais são os seus principais atributos e qual a importância de sua existência na política.

Nesse sentido Feghali destaca o esgotamento do presidencialismo de coalização, acredita na crise da representatividade e aponta três características importantes para o líder político: 1) o papel do líder, independente do espectro ideológico (esquerda, centro ou direita), deve ser a manutenção da coerência e da questão programática 2) não transgredir os princípios políticos considerando que isso destrói a liderança 3) capacidade de formular e de enfrentar um debate, considerando a importância da disputa narrativa para a geração de um grau de consciência e de organização da sociedade brasileira

Afirma a importância da esquerda em compreender sua responsabilidade na organização da sociedade e no papel de organização dos movimentos sociais para a disputa das ideias. Feghale se considera:

Eu sempre brinco que eu sou uma espécie em extinção, porque como eu muitos outros têm voto de opinião enfrentando o voto assistencialista e o voto de máquina. É muito difícil hoje ser um deputado só de opinião, eu sempre digo que como eu tenho só a opinião para dar eu dou, nós temos que dar a opinião porque essa é a disputa central para você hoje conseguir que a sociedade enxergue que não há um monopólio da verdade ou da informação, porque é necessário uma quebra desse monopólio da informação para ter pluralidade. Não há imprensa isenta, ela é parcial, mas todas as parciaisidades têm que ter o direito de aparecer (FEGHALI, 2016).

Para Luciana Santos o líder deve ter convicção, algo que ela localiza naqueles que fazem parte de um projeto político e que são capazes de proporcionar visões e direções para o Brasil e diz “[...] como dizia Patativa do Assaré "tem o Brasil de cima e o Brasil de baixo" pra que país você quer direcionar nossa potencialidade? ”

A deputada instrumentaliza essa liderança na capacidade de produzir soluções para os impasses inerentes à política, mas considerando a complexidade da política e do Brasil, é impossível que a liderança domine todas as temáticas em questão,

Você tem que estudar, tem que ouvir, tem que ser aberto pra ouvir as contribuições, ser generoso [...] eu acho que liderança tem a ver com isso, no caso de líder também, se lidera, lidera pessoas. Ter capacidade de aproveitar os potenciais da pessoa para aquela determinada coisa, ninguém é igual, um tem maior papel de articulador, outro de orador, mas embora tenha gente que reúna várias qualidades ao mesmo tempo, mas tem umas que tem mais aptidão pra uma coisa outra, ou pra outra, mas você tem que ter desprendimento,

desprendimento é uma coisa importante na política, porque se no mundo de maneira geral, nas atividades esse fator de vaidade é um problema, na política isso se multiplica, então, você tem a capacidade de distribuir a visibilidade (SANTOS, 2016).

E resume a liderança em: 1. Ter convicção; 2. Dominar a realidade; 3. Ser generosa e humilde, reconhecendo as capacidades alheias; 4. Colocar ideias e projetos em prática.

Entrando no âmbito da liderança Manuela D'Ávila faz considerações importantes para a reflexão sobre o tema. Para ela o líder é “alguém que tenta representar um conjunto de pessoas com convicção”, ele realiza conexões entre pessoas. Além disso, o líder deve ser coerente na relação entre aquilo que ele acredita e naquilo que defende.

Para ela existe uma relação estrita entre liderança e representação e isto aparece em diversos momentos na entrevista. Aprofundando a questão da representação, para a Deputada deve haver uma semelhança entre representante e representado e isso cria uma aproximação do representado com a política. As pessoas desejam se sentir próximas de seus representantes, dos políticos, e esta semelhança leva a proximidade almejada, para ela é “impossível se sentir próximo de quem é diferente”.

É possível notar que para ela há uma relação entre representação e identidade, para haver representação, e, por consequência, liderança, é preciso que representado e representante se identifiquem, se assemelhem. O representado buscaria então um semelhante para o representar, se isso não acontece, há um distanciamento entre eles. É interessante perceber que para uma política mulher essa definição apareça desta forma, já que temos no Brasil hoje em torno de 51% de mulheres e apenas 10% dos Deputados Federais são mulheres. Para a Deputada a “democracia representativa pressupõe identidade”.

Continuando a falar da liderança, a entrevistada considera que não há uma forma única para um líder, não há um molde específico para líderes, “existem trajetórias, existem coisas circunstanciais, dedicação”. Não há então como se criar uma fórmula para fabricar lideranças. Hoje a deputada identifica que exista uma padronização do político, que acompanha uma teatralização da política e o próprio sistema te empurra nesta direção – uma concepção próxima à de Debord (1997, p. 14) que compreende as representações da vida social cada vez mais com base na espetacularização, onde imagens fundem-se em um fluxo comum, mas não como um conjunto de imagens, mas como uma “[...] relação social entre pessoas, mediada por imagens” constituindo-se em um modelo dominante

que é ao mesmo tempo resultado e projeto dessa sociedade, eles são ao mesmo tempo o meio e o fim.

O quanto ele foi enquadrado pelo poder, o poder ele é uma grande máquina de enquadrar, de tentar transformar as pessoas em um líder padrão. Por isso que o congresso tem toda a mesma cara, tem na origem, mas tem também no que ele faz, capacidade de cooptar as pessoas para aquilo – padrão de liderança (D'ÁVILA, 2016).

Esse enquadramento levaria então a uma reprodução do mesmo modelo de líder, de político (palavras que se confundem na fala da entrevistada). Esse perfil seria de um homem de terno que fala difícil. Para ela, isso foge totalmente da ideia de representação de semelhantes. Mas cabe perguntar então por que temos um congresso tão uniforme para uma população tão diferente? E por que no momento do voto o eleitor muitas vezes não procura um semelhante, mas um diferente?

Diante destas características e do fato da liderança estar ligada a elementos individuais, não seria possível haver uma fórmula para a criação de novos líderes. Não há então uma receita que garanta a criação de líderes.

O líder para ela se apresenta nas características do cotidiano, o que levaria a uma desconstrução do líder tradicional, transformando-os em pessoas mais complexas. São essas características que a Deputada admira. Por isso, identifica em Lula uma liderança, já que este foi capaz de manter suas características individuais, mesmo estando nesta “máquina de enquadramento”. Dentre as possíveis novas lideranças, surgidas dos movimentos sociais, Manuela D'Ávila cita Guilherme Boulos, do MTST, entre outros que não fazem parte da política, como o comediante Gregório Duvivier e a filósofa Marcia Tiburi.

A partir do entendimento das três deputadas podemos dizer que suas caracterizações particulares de liderança política gravitam principalmente na capacidade de ter coerência, de ter convicção e de vocalizar um projeto político, representando uma visão de mundo. Essas três dimensões da liderança política já foram sistematizadas por Weber (2002) no tocante ao *ethos* da política que carregaria paradoxalmente uma ética que está orientada para o aspecto individual, como sendo um conjunto de normas e valores que orientam o comportamento do político na esfera privada, também chamada de ética de convicção; e outra que está voltada para o aspecto coletivo da ação política, chamada ética de responsabilidade como um sendo a baliza normativa e valorativa como a ética da convicção, mas que prioriza a posição que a liderança ocupa como governante.

Quanto à terceira caracterização, Weber (1968, p. 44) vai dizer que líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta na vida, e as fontes de legitimidade que, a partir de um conteúdo específico, sustentariam a ação do líder podem advir da tradição, do carisma e/ou da orientação racional, tendo partido de uma tentativa de entendimento do surgimento, trajetória e consagração das lideranças sincrônica e diacronicamente na vida política brasileira, estabelecemos de início algumas tipologias que buscam relacionar as instituições – pensadas não apenas como as partições do sistema político, mas também como as cristalizações de comportamento político que são capazes de nortear certa cultura política – e os próprios processos históricos. Disto chegamos a três tipos-ideais, conforme sistematização desenvolvida pelo pesquisador Rodrigo Estramanho no âmbito do Projeto Temático Fapesp: Lideranças políticas: características e questões institucionais:

1. de investidura institucional, isto é, baseada na atribuição de cargo que confere função política e/ou autoridade ao ocupante, tendo como lastro o Estado, o aparato jurídico e a transmissão legal, representativa ou hereditária da função. A investidura pode ser a) sistêmica, quando a autoridade é garantida ascendente por algum tipo de sufrágio representativo ou; b) quando a autoridade e/ou função é adquirida descendentemente na hereditariedade; comissionamento e/ou cooptação.

2. de resistência, são lideranças de tipo ascendente, isto é lastreadas fora do ambiente institucional, e podem ou não ter intenções de investidura, sendo de ‘fora’ do Estado podem ter intenções contrárias à sua existência e manutenção. O seu lastro é a sociedade, grupos, comunidades, minorias políticas e outras formas de associação cujo sentido é o de resistir e fazer valer a sua diferença em relação ao paradigma institucional.

3. de sedição, são aquelas que a partir da investidura anterior, se colocam contra o *status quo* da função e procura romper ou fissurar a ordem vigente. A liderança de sedição é dissenssiva pelo alto; pode ser ruptiva ou reformadora no sentido da busca de novos consensos. Pode ser definida como aquela que nasce ‘no’ Estado e requer ‘outro’ Estado, mas sem romper com toda a ordem, em geral, tem lastro na tradição e/ou na função – sobretudo local e/ou setorial, corporativa – e raras vezes na representação.

Assim, no que se refere às lideranças das deputadas analisadas entendemos que parte da legitimidade é sustentada pela investidura institucional de tipo sistêmico, já que é pelo sufrágio que se tornam representantes de uma parcela do eleitorado e aptas a vocalizar institucionalmente certa visão de mundo (WEBER, 1968), mas considerando que certas características típicas podem coexistir com outras, compreendemos que há o

predomínio na ação política dessas lideranças do tipo de autoridade fundado na sedição, especialmente por seu caráter reformador em relação ao Estado e às políticas públicas e pela capilarização nos movimentos sociais.

Se em relação aos processos e instituições políticas pudemos estabelecer tal compreensão em relação às lideranças de Feghali, Santos e D'Ávila, no que se refere aos papéis por elas assumidos nas narrativas produzidas em suas entrevistas teremos como referência a tipologia resultante do acionamento de estereótipos na comunicação política e que foi sistematizado por Panke (2016, p. 115 a 117) em: a dona de casa – com o reforço da presença no espaço privado; a guerreira – em uma associação com a luta feminina e explicitando sua capacidade de líder; a mãe – como a geradora da vida e a cuidadora dos outros; a atenciosa/sensível – singularizando o universo feminino; a submissa – com sua autoridade sendo sempre reforçada por um homem; a trabalhadora – com uma ênfase de sua própria inserção no mercado de trabalho. Entendemos que ambas acionam o estereótipo da guerreira como estruturador de suas narrativas, pois, embora Manuela D'Ávila se refira à maternidade ela está enquadrada sob a ótica do exercício de sua atividade parlamentar e a conciliação com o cuidado materno como sendo uma função social de mulheres e homens, pois, ao identificarmos esse cuidado como sendo apenas restrito ao ambiente privado, estaríamos reforçando um padrão histórico de exclusão.

Política e gênero

Feghale considera que sua trajetória política se equipara a de outros militantes que tiveram origem na luta política, na luta social, mas acredita que seja ruim o fato de muitas mulheres que estão no Congresso Nacional serem parlamentares por terem algum vínculo familiar, ser filha ou mulher de algum político – a política ainda é um universo masculino (PANKE, 2016, p. 23) – trata-se de um legado familiar e não mulheres que tiveram origem em lutas do movimento social ou político.

Esse universo ainda masculino tem origem na forte presença do patriarcalismo nas estruturais sociais até o tempo presente. Uma das características importantes da colonização, o abuso ou controle sexual das mulheres, poderíamos dizer que o clã patriarcal é fonte constitutiva de poder em nossa sociedade. Verificamos na família patriarcal o modelo a partir do qual se estabelecem as relações políticas o que implica, historicamente, a exploração, o abuso, marginalização e controle das mulheres.

Destacamos que desde os movimentos sufragistas do início do século XX, a relação entre mulheres e movimentos de esquerda se torna patente, no Brasil ela é

intensificada nos grupos guerrilheiros presentes na ditadura civil-militar (AVELAR, 2015), nesse sentido, Luciana Santos pondera que o PCdoB tem muito abertura para a atuação feminina nos processos decisórios, pois além de ser a maior bancada proporcional do Congresso Nacional, já teve muitas presidentas estaduais da agremiação, mas em sintonia com Jandira Feghali diz que é imprescindível que essas mulheres partam de alguma matriz de luta social, e não como extensões de tradições familiares ou de influência econômica.

Segundo Panke (2016, p. 74):

A política, enquanto território de disputas de poder e majoritariamente masculino, está formatada por dinâmicas dos homens: horários, modos de atuação, de negociação. Assim, ainda que a luta feminina pela igualdade seja recente, com menos de um século na América Latina, a voz de líderes em vários países está abrindo caminho para a naturalização da presença das mulheres não apenas como representantes populares eleitas, mas também como as líderes que estão nas mesas de decisão.

Nesse sentido, Luciana Santos enfatiza mais um aspecto de sua trajetória:

Fazia 10 anos que o PCdoB não tinha mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco eu fui a terceira mulher da história, você vê que coisa né? A terceira da história da Assembleia Legislativa, isso em 97, em Pernambuco eu sou a terceira da história da Câmara dos Deputados, em mais de 100 anos de Câmara dos Deputados eu sou a terceira da história. Só teve Cristina Tavares e a mãe do ex-governador Eduardo que morreu, que era a Ana Arraes, em mais de 100 anos sou a 3ª da história do Pernambuco, a única da bancada pernambucana, vocês vêm quanto isso é reflexo, é sintomático, essa sub representação feminina de ser maioria da população, com 40% da população economicamente ativa, também 40% de chefes de família, maioria dos universitários temos, portanto, fora o trabalho doméstico que não é contabilizado que faz parte da economia invisível, nós temos um papel decisivo na constituição do Brasil (SANTOS, 2016).

Mas competir na arena eleitoral por espaços tradicionalmente ocupado por homens (PANKE, 2016) ainda tem consequências, assim, outro aspecto destacado pela deputada diz sobre a época em que era prefeita de Olinda, pois a despeito de ter falado bastante de suas conquistas, este foi um período em que sua vida pessoal foi completamente anulada:

Do ponto de vista pessoal, (de) uma exigência brutal, eu costumo dizer que minha vida privada não existia, acabou o casamento, tinha projeto de ter filho, não tinha, era dedicação exclusiva, eu digo assim que era minha linda juventude, porque eu fui prefeita com 34 anos, minha linda juventude tá toda lá em Olinda [...] no tempo que eu fui candidata a prefeita, eu era acusada de ser maconheira, comunista, filha do demônio até não acredita em Deus,

sapatão, prostituta, tudo que tinha de bagagem de preconceito (SANTOS, 2016).

Luciana Panke (2016) verifica a repetitiva associação em suas pesquisas entre ser mulher e o *status* civil, misturando a capacidade intelectual e gerencial das mandatárias do poder com a opção sexual e o seu gênero, gerando um comportamento reativo de ter sempre que se provar capaz não apenas no âmbito da política, mas também em suas relações pessoais, tendo que ser “boa mãe”, “boa filha”, “boa esposa”, e caso essa reputação esperada não se concretize, em muitos casos são criados factoides sensacionalistas difamatórios ou discursos de reforço normalizador em última instância, de que certas regras devem ser respeitadas pela mulher, certas atitudes devem ser identificadas em seu comportamento.

Manuela D’Ávila identifica uma dificuldade dupla no início de sua trajetória por ser jovem e ser mulher, o que poderia gerar uma “baixa expectativa” quanto ao que ela poderia alcançar, demonstrando desde o começo um preconceito que continua a se refletir quanto ao tratamento dado a ela, sendo colocada como “musa do congresso” e tendo este tipo de enfoque também na mídia. Ela coloca que fez uso deste holofote negativo em favor de suas pautas, procurando um resultado positivo desse foco, apesar de entender que este tipo de enfoque é negativo e depreciativo.

Cabe ressaltar aqui que na eleição de 2014 para a Câmara dos Deputados tivemos 51 deputadas federais eleitas em um total de 513 deputados. Além disso, nesta mesma eleição tivemos 20 deputados federais eleitos com menos de 30 anos, caso de Manuela D’Ávila em 2006 no seu primeiro mandato como deputada federal.

A relação entre gênero e representação política não é muito diferente em outros países, conforme podemos observar no texto de Miguel

De acordo com os dados da Inter-Parliamentary Union, atualizados em julho de 2013, as mulheres ocupam, em média, 21,3% das cadeiras nos parlamentos nacionais. Em apenas 26 dos 87 países sobre os quais há dados, elas respondem por um terço ou mais das vagas. O único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens no parlamento é Ruanda, o que é efeito de uma lei de reserva de vagas quanto do esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que se seguiram a ele. O Brasil, com menos de 9% de mulheres na Câmara dos Deputados está entre os piores colocados no ranking internacional trás de 154 países. Desde que o acompanhamento começou a ser feito, em 1997, há uma tendência de ampliação da presença feminina nos parlamentos do mundo, mas em velocidade reduzida, com um aumento médio de meio ponto percentual por ano (MIGUEL, 2014, p. 94).

É uma sub-representação da mulher nas instituições políticas, mesmo que sejam atuantes em movimentos sociais e políticos, é comum verificarmos que essa participação não se materializa na representação em esferas do exercício político, expressando mais um aspecto da distorção da representação. Preocupados com essa sub-representação alguns países europeus e latinoamericanos e posteriormente africanos passaram a apoiar cotas eleitorais por sexo, as chamadas ações afirmativas para enfrentar o problema da participação da mulher nas instituições políticas.

No Brasil, observamos que muitas mulheres que chegam a cargos eletivos pela trajetória de seus maridos ou pais, conforme afirma a deputada ao abordar a diferença entre as trajetórias das lideranças políticas de deputadas do Congresso Nacional:

Acho que essa é uma trajetória que se equipara a alguns outros companheiros que vieram da luta política, da luta social, mas ainda não é a maioria das mulheres aqui dentro, a maioria vem de uma relação do marido governador, de um legado familiar do que de trabalho próprio na luta política, espero que um dia ainda consiga ter maioria de mulheres que vêm da luta política. (FEGHALE, 3017).

Esse tipo de constatação nos remete ao peso que o patriarcalismo ainda tem na sociedade brasileira e o quanto é presente, mesmo quando estamos falando da representação da mulher no parlamento, demonstrando a vigência do conceito nas análises de gênero.

É sintomático que Feghale aponte essa preocupação com o acesso à representação das mulheres no Congresso Nacional. Além da baixa representatividade das mulheres, o que coloca o Brasil em posições muito abaixo da média de rankings internacionais, ainda temos que verificar que muitas das mulheres que conquistam à cargos eletivos no legislativo o fazem mediante a indicação ou o pertencimento a uma família que tem tradição política, ou seja, mais que a representação cuja origem é um movimento social ou de um “causa política específica”, trata-se de uma representação que mantém a mulher na posição de submissão aos homens, reafirmando o patriarcalismo, em um outro sentido.

Na década de 1970, e também nos fins da anterior, várias feministas, especialmente as conhecidas como radicais, prestaram um grande serviço aos então chamados estudos sobre mulher, utilizando um conceito de patriarcado [...], sendo sua intenção bastante política, ou seja, denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes (SAFFIOTI, 2015, p. 101).

Na atuação parlamentar de Feghale, destacam-se os seguintes eixos de atuação:

O mandato tem uma especificidade no campo da saúde, no campo de gênero e também no campo da cultura, são três campos que se destacaram em alguns momentos, por exemplo a lei Maria da Penha onde fui redatora e assinei um texto que está em vigor, que é um orgulho para mim, foi um momento muito agudo na luta de gênero (FEGHALE, 2017).

Essas áreas de atuação estão intrinsecamente relacionadas com a busca de suportes institucionais para dar apoio às mulheres. Significa dizer que a busca por atendimento específico no âmbito da saúde pública, com o por exemplo, a legalização do aborto, faz com que a articulação entre as reivindicações específicas ao atendimento da demanda das mulheres e a luta política se constituam em uma bandeira fundamental do mandato. Outra questão fundamental é a luta pelo combate à violência contra a mulher e, nesse sentido, Feghale teve um papel fundamental do processo de aprovação da Lei Maria da Penha, considerada importante instrumento legal que reconhece a existência de um feminicídio em nosso país.

Por outro lado, D'Ávila aponta para a dificuldade do jovem adentrar na política e reconhece que esta dificuldade ocorre até mesmo dentro dos próprios partidos que não abrem espaço para jovens lideranças e em sua análise sua carreira política só foi possível pela abertura dada pelo partido. Isso nos mostra a importância dos partidos políticos para o surgimento de novas lideranças, mesmo que estas tenham origem em outros ambientes políticos como o movimento estudantil ou o movimento sindical. Nas palavras da entrevistada:

Eu tive uma diferença que foi o partido que eu milito e a forma como o meu partido propicia o protagonismo dos seus jovens, que os outros não proporcionam por regras internas, por disputas internas ou por perpetuarem os mecanismos da legislação eleitoral brasileira – financiamento privado, televisão pra poucos, né? (D'ÁVILA, 2016).

Especificamente sobre isso Manuela D'Ávila fala sobre o feminismo e coloca que apesar deste existir já a bastante tempo, esses novos mecanismos de comunicação permitem perceber o quanto o assunto ressoa na sociedade e isso aproximaria as pessoas e as fariam se relacionar de forma diferente com os seus representantes.

Mais na toada do feminismo socialista tal como Avelar (2015) situa em comparação às grandes linhas do pensamento social, as falas das entrevistadas possuem os elementos de reivindicação socioeconômica e política no que tange à igualdade de gênero tendo o Estado e as políticas públicas dele decorrentes como atenuadores dessa condição e até possível eliminação com o tempo.

Algumas considerações

Uma democratização plena passa pela representatividade feminina, e para Panke (2016), a legislação de cotas ajuda a desestabilizar os espaços dominantes, funcionando como um campo simbólico capaz de fomentar uma agenda de gênero, mas não é suficiente, já que muitas mulheres atuam apenas como figurantes para que a lei seja cumprida.

Nesse sentido, as entrevistas realizadas com as parlamentares do PC do B demonstram a especificidade da atuação dessas mulheres na busca de abertura de espaços institucionais para as questões de gênero e, principalmente, no esforço em ampliar a representação da mulher no parlamento que ainda é muito baixa em nosso país, conforme abordado anteriormente.

As entrevistas trouxeram para a nossa pesquisa uma grande contribuição, considerando que não se trata apenas de mulheres parlamentares, mas, principalmente, de representantes cuja trajetória está fortemente ancorada nas lutas sociais. Nesse sentido, Feghale, Santos e D'Ávila estão em consonância com o chamado campo da esquerda política e, buscam orientar suas atuações na luta pela diminuição da influência do patriarcalismo que ainda é muito presente nossa cultura política.

O compromisso com as transformações sociais necessárias que reconheçam a importância de incluir a mulher nas instâncias de poder é marca características não somente dos respectivos mandatos, mas também das trajetórias políticas de nossas entrevistadas.

Referências

AVELAR, Lúcia. Mulher, gênero e política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

<http://www.deputadaluciana.com.br/luciana-santos/>

<<http://manuela.org.br/biografia>>. Acesso em: jun.2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas**. 2011
In: revistas.ufpr.br/campos/article/download/28562/18785

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flavia, **Feminismo e Política**, São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PHILIPS, Anne, **De uma política de ideias a uma política de presença?** in: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf> acesso em 17/06/2017

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais: parte 1**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2002.

VERBETE Biográfico: Manuela D'Ávila. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>. Acesso em: 04 out. 2016.

http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Detalhe.asp?id=5830367 último acesso em out.2016

<http://v1.sigajandira.com.br/biografia/> último acesso em out.2016

<http://www.liderancapcdob.org.br/site/texto.asp?id=892914311489158145571415> acesso em 16.06.2017

Verbetes PCB. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: jun.2017

Verbetes PCdoB. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>. Acesso em: jun.2017

<http://manuela.org.br/biografia>. Acesso em: jun.2017.

<https://pcdob.org.br/>. Acesso em: jun.2017.